

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE TERESINA: OS IMPACTOS DAS NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Alice Dolores Magalhães Carneiro¹

Resumo

O artigo traz um panorama da educação inclusiva no Município de Teresina (PI), além dos impactos das novas políticas públicas em educação especial e inclusiva, elencando uma série de questionamentos a respeito deste novo paradigma em educação, suas interfaces com as ações políticas, assim como a exposição e reflexão acerca do cenário no qual se apresenta a educação inclusiva teresinense. As políticas públicas em educação, embasadas em forças repassadas para o estado através de um jogo de poder, refletem na sociedade e, conseqüentemente, na educação. Ressalta-se, então, que este artigo traz uma pesquisa qualitativa, na qual se analisou documentos oficiais, leis, políticas, objetivando conhecer quais os impactos das novas leis e políticas públicas em educação especial e inclusiva no contexto educacional teresinense, avaliando quais modificações e adaptações que foram e serão feitas neste sistema de ensino no que concerne à educação para todos. Assim, os sujeitos desta pesquisa corresponderam à gestora do município, a coordenadora pedagógica da escola pesquisada e uma professora. Como instrumento para coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada com os participantes e observação não-participante. A base deste estudo são os elementos encontrados nas narrativas dos entrevistados. Os resultados demonstraram que a inclusão requer inicialmente a implantação de políticas de atendimento à criança com necessidades educativas especiais, para, a partir daí serem efetivadas mudanças, tais como alterações curriculares, avaliativas e metodológicas, como também mudanças na estrutura pedagógica em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Necessidades Educativas Especiais. Políticas Públicas.

INCLUSIVE EDUCATION IN THE CITY OF TERESINA: THE IMPACTS OF PUBLIC POLICY

Abstract

The article provides an overview of inclusive education in the city of Teresina, Piauí state, and the impacts of public policies on special and inclusive education, listing a series of issues regarding this new paradigm in education, their interfaces with the political actions, and the exhibition of and reflection upon the scenario in which the inclusive education of Teresina shows. The educational public policies are based upon forces which are passed on to the State through a power game reflecting upon the whole society and, consequently, on education. Thus, this article offers a qualitative research, which examined official documents, laws, policies, in order to know the impacts of new laws and public policies on special education and inclusive education in the context of Teresina, assessing what changes and adjustments were and will be carried out in this education system regarding education for all. Thus, the subjects of this study were the city educational manager, the school's educational coordinator and a teacher investigated. As a tool for data collection a semi-structured interview was used with the participants and a non-participant observation. The basis of this study is the elements found in the narratives of the interviewees. The results showed that inclusion

¹Psicóloga, atua como profissional psicóloga na apae (associação de pais e amigos dos excepcionais).

E-mail: alice_dolores@hotmail.com.

Apoio: Camila Siqueira Cronemberger Freitas, psicóloga, formada pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Campus-Facime, mestranda em educação na linha de educação especial e inclusiva pela UFPI (Universidade Federal do Piauí) bolsista pela Capes.

requires first the establishment of policies for the caring of children with special educational needs, in order to, thence, changes to take effect, such as curriculum, evaluative and methods changes, and also structural teaching changes in the classroom.

Key words: Inclusive Education. Special Needs Education. Public Policy.

Introdução

O respectivo artigo traz o panorama da educação inclusiva no Município de Teresina (PI), além dos impactos das novas políticas públicas em educação especial e inclusiva, evidenciando uma série de questionamentos a respeito deste novo paradigma em educação, suas interfaces com as ações políticas, assim como a exposição e reflexão acerca do cenário no qual se apresenta a educação inclusiva teresinense.

A proposta de realização deste artigo foi motivada pela necessidade de aprimorar meus conhecimentos na área da educação, mais especificamente em educação especial e inclusiva.

Deste modo, por educação inclusiva entendem-se as práticas que fortalecem a luta por uma educação que cumpra o seu caráter público, universal e de qualidade para todos, tendo como referência aqueles que tenham sido excluídos do sistema de ensino.

Assim, o movimento mundial da inclusão no contexto educacional surge com o objetivo de dar acesso aos que anteriormente foram marginalizados por conta de sua condição, seja ela física, mental, sensorial, criando oportunidades de participarem se formar cidadã do sistema de ensino, assegurando, desta maneira, direitos e deveres que fazem parte intrinsecamente da vivência em sociedade. A inclusão escolar deu oportunidade para estes, que antes eram marginalizados, esquecidos dentro de uma sociedade que, durante toda a sua existência foi segregadora. Neste sentido, a inclusão surge como uma quebra dos paradigmas nos quais se baseou a escola tradicional, que historicamente segregou, sendo esta quebra uma proposta desafiante para todos que compõem os grupos sociais.

Minetto (2008, p. 09) aponta que:

A inclusão é um fato já ocorrido [...]. Hoje, estamos aprendendo a entender, a mudar, a pensar diferente, a ousar fazer diferente. A profissão de professor sofreu modificações como todas as outras. Todos que optaram por ela devem estar disponíveis para enfrentar as inovações e se capacitar para atender as exigências da atualidade.

Segundo Mantoan (2002, p. 1):

a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação.

Ressalta-se, então, que este artigo traz em sua estrutura uma pesquisa qualitativa, no qual se baseiam na análise de documentos oficiais, leis, políticas, resoluções, tendo como objetivo primordial entender quais os impactos das novas leis e políticas públicas de educação especial e educação inclusiva no contexto educacional do município de Teresina, analisando quais as modificações e adaptações que foram e que serão feitas neste sistema de ensino no que concerne à educação para todos, evidenciando o seu caráter social, de suporte/apoio, além de seus serviços a partir de diferentes necessidades especiais.

Entende-se, portanto, como políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem num âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade. (BONETI, *Apud* BUCCIO & BUCCIO, 2008 p.21)

Com base nessa definição, percebe-se que as políticas públicas estão embasadas em forças que são repassadas para o estado através de um jogo de poder refletindo em toda sociedade e, conseqüentemente, na educação.

Baseando-se nesta perspectiva, o artigo traz em seu bojo questionamentos que se referem à como estão sendo implementadas as políticas públicas em educação especial e inclusiva no município de Teresina a partir das leis e reformas criadas com o fim de atender esta nova forma de se conceber o ensino e, ainda, como os alunos com necessidades educativas especiais estão sendo atendidos, como as escolas estão se preparando para recebê-los e atendê-los, enfim, como se está efetivamente realizando a educação inclusiva em Teresina (PI).

No decorrer deste trabalho, serão delineadas as políticas implementadas desde as primeiras LDB's, ressaltando-se a evolução destas políticas dentro do contexto brasileiro, buscando descrever as atuais medidas realizadas no município de Teresina, bem como trazer reflexões acerca de seus avanços ou retrocessos.

Para uma análise dos problemas em questão propõe-se descrevê-los, entender sua natureza e fatores constituintes, ou prever sua ocorrência, fazendo uso de métodos característicos de qualquer dos paradigmas ou enfoques de investigação conhecida no desenvolvimento através de um levantamento documental de todas as modificações e adaptações das leis e políticas considerando especialmente, a atual LDB, evidenciando-os no contexto da educação especial e inclusiva, verificando suas mudanças em relação ao longo do tempo, avaliando a efetividade destas mudanças identificadas, contemplando a inclusão/educação inclusiva, diante da realidade do município de Teresina (PI).

No desenvolvimento dos questionamentos da pesquisa documental, buscou-se conhecer a existência de escolas inclusivas, em Teresina, com os parâmetros atuais das políticas públicas. Caso contrário, apresentar os aspectos considerados necessários para que uma escola se torne inclusiva, bem como observar sua organização a fim de atender a todos os alunos, os recursos apropriados, serviços especializados, organização da comunidade, por fim, todos os avanços legais.

Conclui-se apontando para o fato de se considerar a necessidade de implementação das respectivas políticas públicas, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, pois, como se sabe, é por meio da inclusão escolar que se poderá modificar a atual e cristalizada estrutura social, sendo estas políticas os meios legais de se conseguir realizar a verdadeira educação que privilegia a todos independente de suas condições de saúde, sociais, educacionais, possibilitando, desta forma, o desenvolvimento de meios sociais mais insivos.

Fundamentação Teórica

De acordo com a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008, p. 3),

[...] o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, social, pedagógica, desencadeada em defesa dos direitos de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença, como valores indissociáveis. (BRASIL, 2008 P.3)

Assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa constituição desde 1988, mas que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e adolescentes que apresentam necessidades educativas especiais, vinculadas ou não a deficiência.

Historicamente, a educação inclusiva chegou ao Brasil com o compromisso de oferta de “Educação para Todos”, assinado em Jomtien, na Tailândia (UNESCO, 1990), durante o primeiro ano do governo Collor (1990-1992). Anos turbulentos pelas importantes questões econômicas decorrentes do confisco das poupanças do povo, veio o impeachment do Presidente da República, levando o vice à presidência e o Brasil a extinguir o órgão responsável pela educação especial.

Dez anos depois, o INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais (BRASIL, 2000) fez o balanço da implementação dos compromissos de Jomtien. Neste contexto, é possível perceber o universo das políticas públicas implementadas: “Programa de Garantia de renda mínima, educação de qualidade para todos”, “Programa acorda Brasil”, dentre outros. E, a partir, destes programas questiona-se: e os alunos com necessidades educativas especiais? Por que não foram incluídos nessas políticas? Sabe-se, no entanto, que o Brasil não foi o único país a não incluir os alunos com necessidades educativas especiais nas políticas de “Educação para todos”. Assim, o banco mundial, através da ONU, reuniu delegados de noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais em assembléia em Salamanca, Espanha, em 1994. Nesse evento foi reafirmado o compromisso de educação para todos, como é citado no documento da UNESCO: “[...] reconhecendo a necessidade e urgências do providenciamento de educação para as crianças, jovens, e adultos com necessidades educativas especiais dentro do sistema regular de ensino” (UNESCO, 1994, p. 9).

Assim, reendossa a estrutura de ação em educação especial como meio para se atingir a educação inclusiva. O novo compromisso foi firmado por meio da “Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e prática em educação especial”. (UNESCO, 1994).

Desde então, o Brasil vem se organizando para cumprir esse importante acordo internacional, e, mais do que isso, para garantir os direitos de cidadãos historicamente excluídos. A declaração de Salamanca é um marco na definição dos alunos que têm direito à escolarização de qualidade como qualquer cidadão. E sobre a educação inclusiva aponta que:

[...] toda criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; toda criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994, p.1).

Isso significa que a escola deve receber alunos “independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p.17). Nesse contexto, a expressão necessidades educativas especiais “refere-se a todas as crianças e jov-

ens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem” (UNESCO, 1994, p.18).

1 – Panorama das Políticas em Educação Especial e Inclusiva

A educação é um fator essencial para a socialização do indivíduo e seu desenvolvimento físico, cognitivo, social; entretanto, tornando-o o indivíduo um ser potencializador do seu meio, seja ele “normal” ou “diferente”. Ser diferente na educação é ser “especial”, é precisar de cuidados e assistência aqueles que apresentam deficiência intelectual, física, motora, surdez, dificuldades acentuadas de aprendizagem, distúrbios e outras necessidades educativas especiais.

Portanto, a história da educação especial vem se delineando segregadora desde antiguidade quando as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade. Os indivíduos com tais necessidades eram considerados como degeneração da raça humana e, assim, fechados em asilos, celas, hospitais, por conta dos transtornos que causavam para os seus respectivos meio sociais. Esta situação permaneceu com o advento do cristianismo: continuavam segregados da população, recebendo serviços de moradia e alimentação. Naquela época os deficientes eram considerados pecadores e nasciam deficientes como forma de se redimir dos pecados dos antepassados, sendo tratados por meio de torturas e exclusões (BUCCIO; BUCCIO, 2008, p. 22).

Segundo a mesma autora citada, no final da Idade Média e início da Moderna, com o Renascimento, propôs-se a valorização do ser humano. O deficiente recebeu atendimento especializado do ponto vista médico-terapêutico, havendo certo avanço no atendimento à pessoa com deficiência. No Brasil, em meados do século XX, os atendimentos a estas pessoas foram feitos em instituições, sob influência da perspectiva médica e assistencialista, sendo totalmente subordinados às terapêuticas da época. A institucionalização tinha como consequência a segregação destes sujeitos com necessidades especiais. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com o grande número de mutilados, a sociedade passou a integrá-los, surgindo, assim, políticas de integração que, ao final do século XX, resultaram numa nova visão de políticas públicas sob a ótica da inclusão.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, com a chegada do século XX, surgiu a proposta de inclusão, na qual era o momento em que as pessoas com necessidades especiais passaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres e as famílias das pessoas que apresentavam alguma deficiência iniciaram um debate, e organizaram-se, realizando, então, as primeiras críticas sobre a segregação, surgindo assim, o movimento em prol da inclusão. No Brasil, a educação enquadrou-se no sistema geral de educação com a aprovação da Lei nº 4.024/61, contemplando o atendimento às pessoas com necessidades especiais, quando possível no sistema regular de ensino (GUEBERT, 2007, p. 34).

Em meados da década de 1970, nos Estados Unidos, começaram a surgir as primeiras teorias sobre a inclusão, debates, redes de informações sobre o assunto, com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida aos portadores de deficiência, além de ter sido aprovada em lei modificações curricular para garantir a aprendizagem de todos. Estudos recentes nos anos de 1980, a década dos tratados em que consistiam sobre as primeiras declarações defendendo o processo inclusivo lançando um programa de ação mundial para as pessoas deficientes (GUEBERT, 2007, p.34).

Segundo a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20.12.1996), no capítulo V, a educação especial é definida como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais” (art.58),

sendo a oferta de educação especial “dever constitucional do Estado” (art. 58, § 3º). Além disso, a LDB prevê “currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos” para o atendimento adequado de Necessidades Educativas Especiais (art. 59, I) e “[...] Professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” (art. 59, III).

Para Minetto (2008, p.20), a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Abrange os indivíduos de todas as classes, tendo como pilar o princípio da democracia social, que é igualdade de oportunidades. No entanto, sua efetivação implica a consideração de situações específicas e historicamente determinadas pelo contexto, como, por exemplo, o atendimento de alunos com necessidades educativas em escolas especiais. Muitos poderiam dizer que as políticas educacionais brasileiras sempre se mostraram democráticas, no entanto surgiram currículos fechados, o que não permitiam adequações. Contudo, observamos um grande salto na fundamentação da lei n. 9.394/96 e na proposta dos parâmetros curriculares nacionais.

Ainda, dessa forma, encontram-se escolas que não dispõem de recurso apropriado ou uma equipe para estarem com as crianças que mais necessitam de apoio no processo de aprendizagem. Falar de inclusão é falar de um propósito muito abrangente, uma jornada longa que propiciará também aos professores o direito de construir e ampliar suas habilidades.

Mazzota (2003) citado por Minetto (2008 p.28) salienta-se o uso de diferentes terminologias como outro destaque, pois aborda uma confusão conceitual sobre integração e inclusão, sendo esses termos utilizados com o mesmo significado num determinado momento, mas em outras situações, em oposição ou superação da integração pela inclusão.

O modelo de integração das pessoas que apresenta alguma necessidade especial surge em meados dos anos 60, associada aos questionamentos acerca das práticas sociais de exclusão e segregação. Assim, tem início o movimento do mainstreaming, que pode ser definido como um canal educativo geral, cujo fluxo conduz todos os alunos, com ou sem capacidades ou necessidades específicas. É com esse movimento que o aluno com deficiência intelectual passa a ter acesso à educação, a qual deve ser adaptada às suas necessidades. Entretanto, esse processo de integração se traduz uma estrutura intitulada de sistema de cascatas, que se constitui em uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, do nível de sua capacidade, de adaptações às opções do sistema escolar- a sua integração, seja em uma sala regular, seja em uma classe especial. (MANTOAN, apud PAN, 2008, p. 81).

De acordo com Pan (2008), o processo de inclusão, entretanto, não é facilmente alcançado apenas através da instauração de uma lei. Tão pouco pode ser concluído rapidamente. Exige uma série de medidas gradativas de reformulação do ensino que começa pelos já citados currículos e métodos, e vai além. O atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino exige dos seus profissionais conhecimentos produzidos em diferentes áreas (psicologia, medicina, pedagogia, arquitetura etc.) para gerar um saber interdisciplinar, indispensável ao sucesso da inclusão.

A escola desmistifica o termo inclusão, pois para ela o aluno necessariamente teria que se adaptar à escola, aos parâmetros concedidos, e não a escola se adaptar ao aluno com necessidades educativas especiais. O discurso da inclusão das pessoas com necessidades especiais, na escola, no trabalho, nos espaços sociais em geral, tem se propagado entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, sendo que isso não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja uma prática corrente ou uma realidade já dada. As políticas públicas de atenção a este seguimento, geralmente, estão circunscritas ao tripé saúde, educação e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados.

O processo de integração se traduz por uma estrutura que visa favorecer o ambiente de convívio, o menos restrito possível oportunizando a pessoa portadora de necessidades educacionais especiais um processo dinâmico de participação em todos os níveis sociais, por outro lado, a prática da INCLUSÃO propõe um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores e atitudes, que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar. (PAN, 2008, p.104).

Entretanto, integrar uma criança em uma escola não é o mesmo que incluí-la, pois a escola precisa se adaptar às especificidades de cada criança e aprender com o convívio dela. Integrar é centralizar a criança no convívio social, reabilitando. A inclusão é apropriar-se das suas necessidades educativas especiais, porém, parte de outro paradigma no qual a deficiência não é responsabilidade exclusiva de seu portador, cabendo à sociedade modificar-se para propiciar uma inserção total de quaisquer indivíduos, independentemente de seus déficits ou necessidades, é a escola que deve ser convocada a dar respostas a todas as diversidades.

A proposta de inclusão fundamenta-se, portanto, em uma filosofia que possibilita a construção de igualdade de condições a todos no que se refere ao atendimento educacional e profissional, objetivando, pois, oportunizar o acesso e permanência de alunos com necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro. Contudo, existem vários problemas referentes ao ensino que são vivenciados nas escolas, como a falta de infra-estrutura para atender às necessidades dos alunos, a capacitação do corpo docente em lidar com este aluno, independente do seu nível de ensino e limitação.

Metodologia

Para elaboração do presente artigo realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, cujo desenvolvimento se deu a partir de pesquisas de documentos oficiais, leis, portarias, reformas que embasam as políticas públicas em educação especial e inclusiva.

As leis às quais se teve acesso são as que embasam a educação especial e inclusiva, tais como na LDB n. 4.024/61: educação para os excepcionais, a LDB n. 5.692/71: "tratamento especial aos alunos com deficiência físicas ou mentais" e a LDB n. 9.394/96: que "revê a educação especial como modalidade da educação escolar, ensino público à pessoas com necessidades especiais".

Assim, esta pesquisa de campo foi realizada em uma escola regular de Teresina na qual o instrumento para coleta de dados, consiste em entrevista semi-estruturada, (em anexo), sendo os sujeitos desta pesquisa a representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) do município de Teresina (PI), responsável pela Coordenação de Educação Especial e Inclusiva, a pedagoga de uma escola inclusiva e uma professora que atua junto a crianças com deficiência, ambas no respectivo município.

A pesquisa teve início com a seleção da escola que atendesse alunos com necessidades educativas especiais incluídas no ensino regular, indicadas por tal coordenação municipal de educação especial e inclusiva.

Resultados e Discussão

1 – Das condições de atendimento à criança com deficiência

Primeiramente, ressalta-se que a escola inclusiva pesquisada apresentava ao todo 8 (oito) crianças com necessidades educativas especiais, sendo estas com diagnóstico de baixo

rendimento escolar, dificuldade na linguagem e alterações na fala, TDAH e dislexia.

O diagnóstico de cada criança era encaminhado à escola através da Secretaria Municipal de Educação que dispunha de um núcleo psicopedagógico no qual todas as crianças eram assistidas, sendo realizadas avaliações pelos profissionais, dentre eles psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras, assistentes sociais e fonoaudiólogos e encaminhados para a escola a qual a criança estava matriculada.

A escola, desta forma, dispunha de um apoio pedagógico específico para a criança que apresentasse dificuldade acentuada de aprendizagem (tais como: deficiência intelectual, TDAH, dislexia e outras deficiências), para que pudessem ser atendidas, levando aos professores orientações acerca da forma de intervenção pedagógica a estas crianças, estimulando-os, principalmente, quanto à atenção especial e à motivação para que trabalhassem com mais disposição e afinco no acompanhamento dos alunos de sua classe. Diante disso, percebeu-se, porém, que não havia uma integração efetiva desta criança na escola, pois era ausente a elaboração de um plano de aula adaptado às suas necessidades, além deste aluno permanecer muito tempo em uma sala de apoio pedagógico.

Sobre isto, Minetto (2008 p. 46) salienta que, o planejamento escolar, para favorecer a inclusão satisfatória, implica diretamente tanto para o professor, quanto para a equipe pedagógica e para o aluno, O professor, enquanto planeja é influenciado por suas concepções pessoais, valores, histórias de vida, formação entre outros. Com base nesses requisitos, pode planejar tendo em vista o aluno e suas potencialidades, dificuldades e necessidades.

Na educação inclusiva, o plano, a exemplo das leis, decretos e resoluções que regulamentam a educação especial, tem como objetivo garantir o direito à educação, que é direito legal e subjetivo, bem como regulamentar questões relacionadas à formação dos professores, acessibilidade, dentre outros aspectos.

2 – Políticas Públicas em Educação Especial e Inclusiva no contexto do Município de Teresina (PI)

O município de Teresina, junto à SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), tem oferecido condições de implementação do acompanhamento às pessoas com necessidades educativas especiais, sistematizado nos moldes do desenvolvimento, nos programas de correção de fluxo, inclusive dando condições eficazes aos professores, capacitando-os para ter um melhor aproveitamento das propostas inclusivas.

O governo do estado através da SEID (Secretaria de Educação e Inclusão da pessoa com Deficiência) tem mantido, de forma criteriosa, em todos os lugares, principalmente nas escolas, a diversidade da acessibilidade, assim como também proporcionando às crianças com necessidades educativas especiais um centro de apoio especializado CIES (Centro Integrado de Educação Especial), juntamente com o CEIR (Centro Integrado de Reabilitação), um dos maiores centros do nordeste em reabilitação da criança com deficiência, no que concerne aos tratamentos especializados, proporcionando às crianças carentes a integração na sociedade, contribuindo para o estabelecimento de sua dignidade e exercício pleno da sua cidadania.

Ainda, visto por esse ângulo, o município de Teresina é constituído por um modelo de cascatas, como paradigma de apoio/integração, garantindo o processo de permanência da educação especial: há uma maior integração que necessariamente inclusão havendo uma total segregação de valores e competências.

Entretanto, o município está proporcionando mudanças na educação especial, haja vista que muitas escolas do Estado, como também da Prefeitura, incluem crianças com necessidades

especiais na rede regular de ensino. Há em torno de 100 escolas com acessibilidade e 150 salas de aula equipadas para atendimento à pessoa com deficiência, há, da mesma forma, a capacitação de professores no atendimento educacional especializado, a acessibilidade arquitetônica, rampas, transporte coletivo eficiente, respeitando-se a Constituição Federal.

De acordo com a fala da coordenadora de educação especial da SEMEC, a escola regular do município atende aos alunos com necessidades especiais de forma satisfatória, proporcionando também um PPP (Projeto Político Pedagógico) no qual,

[...] todos os educando e mais especificamente os educando com necessidades educacionais, necessitam de acompanhamento mais individualizado para que possam melhor desenvolver-se, assim todos estes são tarefas de uma escola inclusiva, que precisa ter como filosofia de trabalho a valorização da diversidade humana e a convicção de que os sujeitos, apesar de suas especificidades são capazes de desenvolver a sua autonomia” “as deficiências e /ou dificuldades tem suas especificidades, que precisam ser conhecidas, de forma mais específica, por gestores e principalmente professores para que possam formular um plano de trabalho (individual e ao mesmo tempo coletivo) condizente com tais necessidades e considerando suas potencialidades.

De acordo com tal coordenadora, o município de Teresina, através de ações baseadas em parceria entre todas as secretarias municipais, além da rede estadual e entidades filantrópicas, bem como com o Ministério da Educação, através da secretaria de Educação Especial, busca oferecer serviços, projetos, programas e ações que visam o melhor acompanhamento dos educandos com necessidades educacionais especiais. As crianças atendidas estão compreendidas entre a faixa etária de 0 (zero) anos aos 18 anos.

Em Teresina, essas crianças são atendidas em escolas especiais da rede municipal, estadual, particular, além de entidades filantrópicas. São assistidas por uma equipe multiprofissional, diagnosticadas, avaliadas e encaminhadas para tratamento em centros de educação especial, já mencionados anteriormente. A escola regular de ensino, porém, ainda não disponibiliza o atendimento individualizado. Sendo assim, o diagnóstico de cada criança é encaminhado à escola de modo que o professor utilize-o a fim de orientar suas práticas em relação à respectiva criança, facilitando o seu desenvolvimento e aprendizagem.

Igualmente, são oferecidos cursos, por todas as redes. No caso específico da Rede Municipal de Ensino, a coordenadora enfatiza que:

[...] está desenvolvendo uma política de formação de gestores e educadores, mas diretamente desde de 2003, quando o Ministério da Educação começou a oferecer um maior incentivo para o processo de inclusão escolar. Assim, foram realizado curso de Libras, Braille, Comunicação Alternativa, além das parcerias com o CAS, CAP, ACEP, entre outros, visando esse fim. Nos próprios cursos de libras são abordadas questões pedagógicas relativas à aquisição do português como segunda língua para os surdos. Em todos os cursos há um investimento por parte do município, no qual oferecem equipamentos para melhor comunicação, para a participação dos alunos com deficiência motora e visual.

Ao se entrevistar a pedagoga, coordenadora da escola pesquisada, registrou-se em sua fala que há oito crianças com baixo rendimento escolar e dificuldade na linguagem, na fala, TDAH, dislexia e outras condutas típicas com idades compreendidas entre 6 (seis) a 8 (oito) anos, sendo que estas crianças ficam praticamente como ouvintes em sala de aula, havendo a segregação, e no contra-turno são atendidas em uma sala de apoio pedagógico. Quando foi perguntada sobre o sucesso da prática inclusiva a pedagoga enfatizou que:

[...] nessa área ainda os professores não estão totalmente capacitados, mas coloca que na escola os alunos recebem com gratidão todas as crianças seja ela especial ou não; e não há rotulação nisso e o sucesso vem com a implementação de novas políticas públicas.

Sobre o plano político-pedagógico da escola as necessidades lingüísticas diferenciadas dos alunos são contempladas, destacando-se o ensino de libras, as necessidades diferenciadas de abstração, temporalidade e de aceleração de estudos dos alunos, a flexibilização curricular, objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Acerca disto a pedagoga coloca que:

A escola procura minimizar tudo e qualquer problema das crianças com necessidades especiais organiza palestras para as famílias como orientação em casa e diante das tarefas escolares, oficinas criativas, contemplado totalmente a inclusão e encaminha para outros centros especializados quando não há tratamento propício dentro da escola.

Segundo Minetto (2008 p.56), a organização de uma escola realmente inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do projeto político-pedagógico (PPP), que deve ultrapassar a mera elaboração de planos e exigências burocráticas. O PPP caracteriza e identifica a escola, ou seja, é a “cara” da escola. Por isso, deve acompanhar as modificações da sociedade, da história, de seus fatos, dos acontecimentos e das legislações, considerando aspectos sociais, políticos, culturais e antropológicos que caracterizaram.

A autora destaca ainda que seja urgente e indispensável às modificações em um currículo escolar. Em um currículo fechado, há como vantagem certa “comodidade” para o professor, sendo que este se limita a aplicá-lo, seguindo passo a passo as programações. Por sua vez um currículo aberto adapta-se às particularidades do ambiente e dos alunos. Todos os alunos podem se beneficiar dele, pois é possível encontrar diferentes formas de atender à diversidade de todos.

Na sala de aula, quando se perguntou sobre o plano de ensino desenvolvido pelo professor, a professora entrevistada enfatiza que:

[...] a escola disponibiliza de material pedagógico os mais variados possíveis, jogos específicos para as crianças com necessidades especiais individuais, separa por nível de aprendizagem, e os alunos que não acompanham é incluso na sala de apoio pedagógico específico (APE).

O plano inclusivo desta escola não prevê adaptações em currículos, organização da disciplina de forma a favorecer sua total inclusão no ensino-aprendizagem, e sim, o que mais se vê é uma integração dessa criança nas salas de aulas. A escola contempla recursos apropriados para pessoas com necessidades especiais, rampas, banheiros modificados, só não ainda nas salas de aulas nem o uso de aparelhos informatizados para as deficiências sensoriais.

As estratégias de avaliação são encaminhadas para um órgão específico e as crianças o fazem na sala de apoio pedagógico por que não conseguem acompanhar o nível de ensino das outras crianças. A professora diz que:

[...] todas as crianças com necessidades especiais é vista como uma criança normal, que se sente capaz e procura das melhores formas possíveis envolverem essas crianças com as outras, mas a escola exige tempo e não muitos recursos para certa “paciência”, mas procuro de todas as formas fazer com que a criança se alfabetize e saia da escola lendo, mesmo tendo que às vezes levá-las à sua própria residência para, contudo alfabetizá-las.

Visto assim, ainda não há uma total inclusão, pois a escola integra as crianças com necessidades educativas especiais: a criança se adapta à escola e não a escola se adapta a ela, sendo contemplada com a sala de apoio pedagógico, ou centros específicos no qual receberá mais orientações e um atendimento especializado. Assim, cada escola procura se organizar da melhor forma para que possa atender a toda demanda. Vale ressaltar que, por sua vez, faltam muitos equipamentos, o desenvolvimento de tecnologias assistivas direcionadas à criança com

deficiência, recursos áudios-visuais, professores mais capacitados.

Destaca-se, ainda, que o Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura e órgãos afins, vêm investindo e procurando cada vez mais a melhoria na educação, contemplando continuamente a inclusão, adequando-as às políticas públicas atuais.

Para Pan (2008 p.133), o compromisso em oferecer resposta à “diversidade das necessidades de aprendizagem dos alunos” e em superar as possíveis barreiras “(...) à aprendizagem e à avaliação tanto do aluno quanto das turmas” é o desafio a ser enfrentado. Por um lado a educação especial traz uma contribuição para a sala de aula por meio dos planos de educação individualizados. Por outro, a escola é levada a repensar seus valores, estabelecendo valores inclusivos e, assim, reestruturando sua organização, seu currículo, seu planejamento e sua avaliação, de modo a superar suas próprias barreiras para aprender com as diferenças e a aprender a responder às necessidades dos alunos.

Por fim, a educação especial obteve grande avanço em relação à LDB de 61,71 e 96, pois além de existirem classes, escolas de serviços especializados, existe uma preocupação quanto à capacitação de profissionais que possam atender esse alunado em suas condições específicas, quando não for possível sua inclusão em classes comuns do ensino regular.

3 – A Evolução da Legislação e a trajetória da Educação Inclusiva.

A LDB n. 4.024/61 enfatiza que a educação de “excepcionais”, deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Nesse período a pessoa com deficiência era reduzida somente à deficiência que a acometia, ficando constantemente em desvantagem. A LDB n. 5.692/71 que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial aos alunos com deficiência físicas e mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educativas especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. Houve ainda, uma pequena preocupação quanto aos alunos que apresentassem deficiências físicas, mentais, motoras, dentre outras, afirmando que estes deveriam receber tratamento especial, mas que não havia uma prática pedagógica adequada em todas as áreas do conhecimento, além de recursos adaptados. Deste modo, os professores acabavam por trabalhar automaticamente, não sendo comum a troca de experiências de forma isoladas.

A LDB de 96 salienta que a educação especial é uma modalidade de educação escolar, devendo o ensino público ser destinado a todas as pessoas com necessidade especiais, contemplando os direitos básicos destes sujeitos a partir da educação infantil, além de professores especializados, do acesso igualitário aos benefícios, de serviços de apoio especializado, sobretudo da ampliação do atendimento na própria rede pública regular de ensino.

Na LDB n. 9.394/96, art. 60, enfatiza-se que, os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público. No artigo 55, preconiza-se que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e, a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069/90, artigo 55 – reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricu-

lar seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

os grupos excluídos – os pobres, os meninos e meninas de rua e trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais [...] as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p. 4).

Assim, houve muitos avanços ao longo da história da educação especial, porém ainda há muito o que ser feito. A educação necessita de mudanças de forma que possa atender adequadamente a todos, promovendo uma transformação de qualidade, mais ampla e permanente no sistema escolar. Assim, é necessária e urgente a análise da educação especial como um conceito que deve ser situado na realidade social e política vigente, onde através das políticas públicas adequadas objetivem a inclusão social, os direitos e a valorização de todos, especificamente aos alunos com necessidades especiais.

Para Buccio & Buccio (2008), no que se trata da pessoa com necessidades especiais, o preconceito e o estigma estão presentes. Ela é rotulada com base em padrões das pessoas ditas “normais”, sem levar em conta que são diferentes e que apresentam outras capacidades sejam elas sensoriais motoras ou intelectuais. Isso quer dizer que quem se afasta demais dos critérios da normalidade é alvo de “correção”, ou é excluído.

Todas as crianças sem distinção merecem receber uma educação de qualidade. Deve ser viabilizada, portanto, por meio de um caráter cultural, considerando o indivíduo e seu meio, seja ele com ou sem deficiência, entendendo-o em sua totalidade, apesar de suas especificidades, pois cada indivíduo tem sua maneira própria de aprender, tem suas particularidades, e limitações como todo e qualquer indivíduo, e acima de tudo a sociedade, escola, deve incluir não sendo portanto, estigmatizada.

Considerações Finais

De acordo com a pesquisa realizada através da análise de documentos oficiais, leis, políticas, resoluções, assim como, estabelecendo uma ponte entre as políticas públicas em educação especial e inclusiva implementadas no município de Teresina, verificadas por meio da pesquisa de campo realizada em uma escola inclusiva do respectivo município, além de visitas à SEMEC (Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura), apoiando-se, ainda, em registros da atual LDB e considerando a evolução da educação inclusiva no Brasil e os impactos das novas políticas públicas, buscou-se, com este artigo, correlacionar as modificações e adaptações das leis as estas políticas implementadas no município de Teresina (PI).

Assim, dentre as várias mudanças ocorridas no cenário educacional do município, observou-se que a inclusão de crianças com necessidades especiais em escola regular, vem obedecendo, de forma gradativa a nova lei e diretrizes e bases da educação, trazendo a criação dos centros de apoio especializado para atendimento educacional e terapêutico das crianças, sendo um pólo de apoio pedagógico, na qual a criança é mais estimulada, tornando-a mais independente, proporcionando seus hábitos básicos e aquisição de valores para incluir tanto na sociedade,

como na família, visto que a criança não terá que se adaptar a escola e sim, a escola que irá se adaptar a criança de acordo com suas especificidades e particularidades.

Entretanto, ainda no município, não há uma total inclusão destas crianças, já que algumas delas ainda se são acompanhadas de maneira integral em centros especializados, fato que a segrega, tendo em vista que a escola regular ainda não está totalmente apta a receber tais alunos e não havendo capacitação, nem recursos apropriados, classificando o estado como modelo de cascatas/ apoio.

Desde Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), que a educação sofreu influências na formulação de suas políticas públicas inclusivas. No caso de Teresina, ressalta-se que o município juntamente com o estado vem lentamente proporcionando as condições apropriadas às crianças com necessidades educativas especiais, promovendo a acessibilidade através da construção de rampas, banheiros adaptados, promovendo cursos para professores, capacitação, o uso de algumas tecnologias assistivas, orientações para família, dentre outras medidas.

Evidencia-se, portanto, que ainda há muito que se fazer, haja vista que nem todas as escolas do município adotaram as novas leis de políticas públicas.

É um grande impacto para cada estado as novas leis de políticas públicas, pois exige de cada estado e município modificações em suas estruturas na área de educação e inclusão. Algumas mudanças podem ser verificadas no sistema educacional teresinense. Observa-se que estão ocorrendo em fases, a partir das modificações que acontecem na educação como um todo: melhoria na capacitação de professores, modificações na grade curricular adaptada às escolas da rede regular de ensino, aceitação da família de outras crianças quanto à convivência com crianças especiais etc.

A falta de um apoio a essas crianças especiais pode promover a exclusão de cada criança e adolescente, levando-os a não estarem na escola. Observa-se que, muitas vezes, as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, receber um bom atendimento, sendo esta ausência de escolas inclusivas uma forma de discriminação, sendo os centros de apoio especializados, as escolas especiais, alternativas para dar-lhe um suporte de educação melhor. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permanecem sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de acesso e permanência.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de dezembro de 1962.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12 de agosto de 1971.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Educação para todos: avaliação da década**. Brasília. MEC/INEP, 2000.

_____. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUCCIO, Maria Isabel e BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação especial**: Uma História em Construção. 2.ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão**: Uma realidade em discussão. 2. ed. rev. Curitiba: Ibpx, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Inclusão**. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - LEPED/ FE/ Unicamp, 2002. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index>. Acesso em 18 de março de 2009.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva**: Entendendo esse desafio. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. v. 1.

PAN, Mirian Aparecida Graciano de Souza. **O Direito e a diferença**: Uma reflexão sobre deficiência intelectual e Educação Inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação para Todos**. Brasília: CORDE, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ANEXOS 1 – Entrevista semi-estruturada

Coordenadora da Semec:

1. O plano Municipal de educação contempla a educação de pessoas com necessidades especiais no sistema escolar?
2. Quais os tipos de programas incentivados pelo Município nestas áreas? E a faixa etária?
3. Existem políticas de identificação e atendimento a crianças que apresentam necessidades especiais?
4. Há oferta de cursos de Libras, Braille e Comunicação Alternativa para todos os integrantes da comunidade escolar, com ênfase aos pais, professores do aluno e colegas de sala de aula? E formação continuada para professores visando o atendimento às diferentes necessidades especiais dos alunos (as)?
5. Há oferta de serviços especializados de apoio, no Município, para o atendimento às pessoas com deficiência?

Pedagoga:

1. Possível relação entre o tipo de deficiência e o sucesso/insucesso da prática inclusiva nas escolas
2. Há oferta de atendimento especializado no contra turno para os alunos com diferentes necessidades educativas especiais (Sala de Recursos ou outros serviços)
3. A escola desenvolve algum trabalho de conscientização sobre a inclusão com a sua comunidade interna e/ou externa?
4. Há um projeto de avaliação em contexto (ou algo semelhante, realizado pela própria escola)

para nortear o plano educacional destes alunos?

Professora:

1. O Plano de Ensino desenvolvido pelo professor prevê adaptações como organização do espaço, a seleção, adaptação e utilização de equipamentos e recursos para os alunos com necessidades especiais de forma a favorecer sua inclusão no processo de ensino-aprendizagem?
2. O professor desenvolve estratégias metodológicas diferenciadas para o ensino?
3. O professor utiliza recursos ou equipamentos complementares ou alternativos para atender as diferentes necessidades dos alunos (as)?